



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA
Entrada nº: <u>50</u>
Data: <u>2</u> <u>FEV</u> 2017

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2017.02.21

ASSUNTO: Proposta n.º 152-P/2017

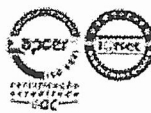
«Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a Regularização das instalações de Textimalhas – Fabrico e Comercialização de Malhas, SA.».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 21 de fevereiro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

20

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 21-02-2017**.

Proposta nº 152-P/2017, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 21 de fevereiro de 2017.

O Presidente



Basílio Horta

O Coordenador



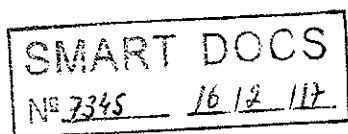
Victor Castro



PATRIMÓNIO MUNDIAL, WORLD HERITAGE



Câmara Municipal de Sintra



PROPOSTA N.º 52 - P / 2017

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que o requerente Duran & Cunha – Sociedade Imobiliária, S.A., na qualidade de representante legal da empresa **Textimalhas- Fabrico e Comercialização de Malhas, S.A.**, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das instalações desta última situada na Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 218/220

Reunião de

21 FEV. 2017

Doc.º Agendado com o

Nº 20



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Linhó, União das Freguesias de Santa Maria, S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;


Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

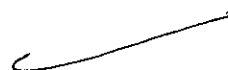
Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações do requerente Textimalhas- Fabrico e Comercialização de Malhas, S.A, nos termos do disposto no art. 5º nº 4 alín. a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 13 de 02 de 2017

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



Basílio Horta



Reunião de
21 FEV, 2017

Docº Agendado com o
Nº 20



Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Textimalhas- Fabrico e Comercialização de Malhas, S.A. CAE 14310.

Parecer:

Concordo.
A CONSIDERAÇÃO do Em-
senhor Presidente.

A Diretora do Departamento
de Gestão do Território

(Lina Catarino)

2017-02-10

Despacho:

Conceder
13/2/17
P.

De: Ana Rita Veiga

Para: Exm^a. Sr^a Directora do DGT- Arqta Lina Catarino

Duran & Cunha – Sociedade Imobiliária, S.A., na qualidade de representante legal da empresa Textimalhas- Fabrico e Comercialização de Malhas, S.A., solicitou à CMS o pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das instalações desta última localizadas na Avenida Pedro Álvares Cabral, n.º 218/220 Linhó, União das Freguesias de Santa Maria, S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro de Penaferrim, respeitantes a uma instalação fabril e de comercialização de malhas, CAE 14310.

Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto – Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, criou um Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário, o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Reunião de

21 FEV. 2017

Doc^o Agendado com o
Nº 20

O citado diploma legal, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Este regime é aplicável também aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo as desconformes com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, estabelecimentos e explorações com título válido **cujas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para aplicação do presente regime os estabelecimentos ou explorações devem comprovar que desenvolveram atividade por um período mínimo de 2 anos e que se encontram numa das seguintes situações:

- Em atividade ou cuja atividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano;
- Quando a laboração se encontre suspensa por autorização da entidade licenciadora por um período máximo de 3 anos.

O processo de regularização dos estabelecimentos, independentemente do regime sectorial aplicável, deve iniciar-se sempre com a obtenção de Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara (art.5º do D.L.165/14).

Este é um dos elementos instrutórios do pedido de regularização, sendo requerido pelos interessados à Câmara, previamente à apresentação do pedido de regularização na entidade coordenadora, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

Reunião de

21 FEV. 2017

Docº Agendado com o

Nº 20

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público deve ser fundamentado com os elementos referidos no art. 5º, n.º 4, alíneas b) a g) e n.º 5 alíneas a) a c), g) a i) e n) sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

II) Do Pedido

O requerente deu entrada de pedido para Declaração de Interesse Municipal, com vista à legalização das instalações da empresa sua representada Textimalhas - Fabrico e Comercialização de malhas, S.A., tendo em vista os condicionamentos decorrentes da classificação do solo no PDM e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, conforme explicitado na informação técnica da DGLI nº S.M.12367/2015.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015 de 21 de janeiro, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável.

O requerente instruiu ainda o seu pedido, com os elementos previstos no art. 5º nº 4 do diploma e Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG, e ainda os previstos no nº 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

A empresa em questão possui atualmente 40 postos de trabalho.

A faturação da empresa no âmbito da atividade económica desenvolvida, foi no ano de 2013 de 2.945.109,90€ e no ano de 2014 de 2.880.909,93€.

Alegou ainda o requerente de forma sumária, que a deslocalização da atividade comportaria sérias dificuldades.

Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** nº S.M. 12367/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmº Sr. Presidente da Câmara para que em caso de concordância:

Reunião de

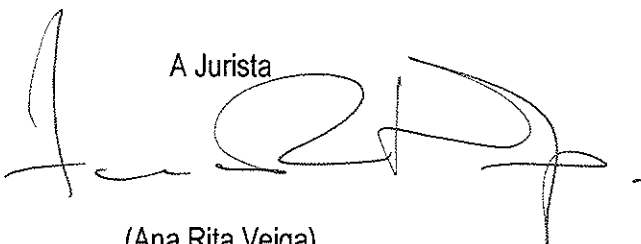
21 FEV. 2017

Docº Agendado com o

Nº 20

O presente processo seja remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações supra identificadas, da empresa Textimalhas- Fabrico e Comercialização de Malhas, S.A., tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto no art.5º nº 4 alín. a) do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

A Jurista

(Ana Rita Veiga)

Reunião de

21 FEV. 2017

Docº Agendado com o
nº 20